

RE LA TÓ RIO

MAIO A JUNHO
DE 2021

GESTÃO DO BIÊNIO 2020-2022

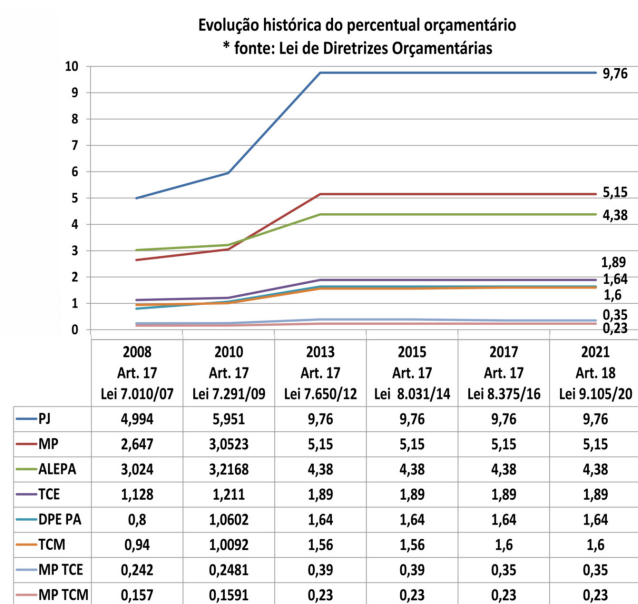
PRESIDENTE MARCUS VINICIUS FRANCO



PALAVRA DO PRESIDENTE

Prezadas Associadas e
Prezados Associados,

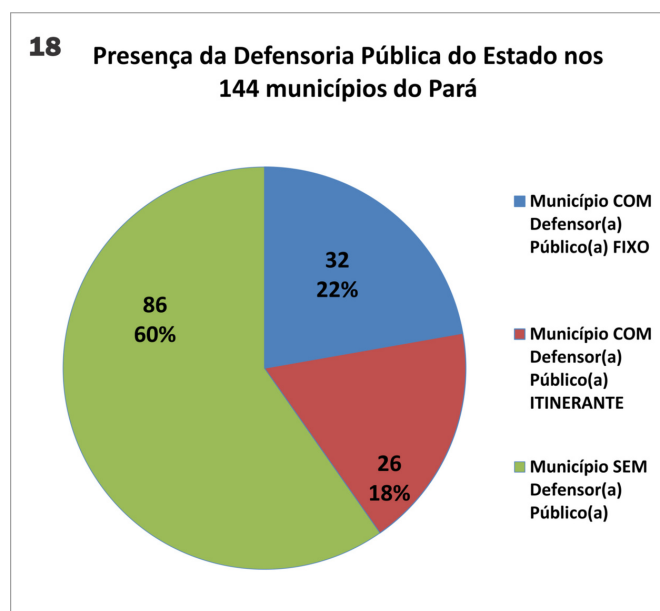
Em que pese o esforço da ADPEP, da DPE/PA, de cada Defensor(a) Público(a), de colaboradores(as) e apoiadores(as), a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, tal qual acontece desde 2013, foi aprovada na ALEPA na tarde de 30.06.2021 sem qualquer alteração no percentual que cabe à Defensoria Pública.



A estagnação orçamentária da DPPA determinada pela LDO sepultou a Emenda Constitucional Federal nº. 80/2014, que prevê a presença de um Defensor Público em cada unidade jurisdicional até junho de 2022.

Projetos como o novo concurso público para nomeação de mais Defensoras e Defensores serão realizados apenas como forma de substituição dos profissionais que

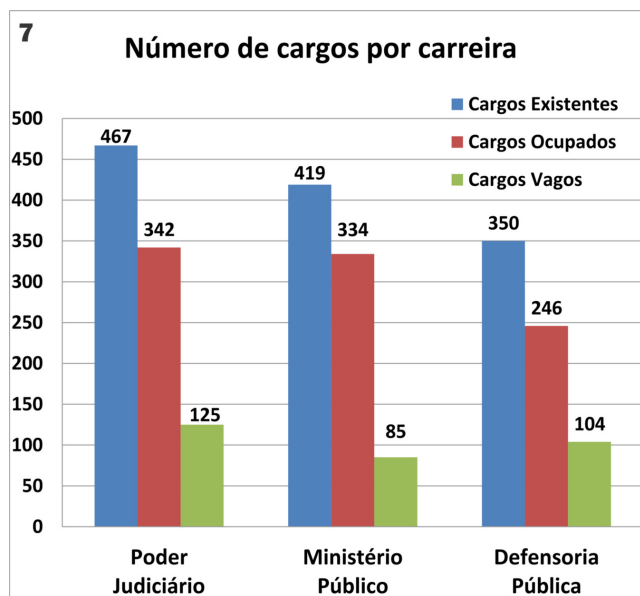
se aposentarem ou migrarem para outras carreiras mais estruturadas e não para expandir de forma significativa o atendimento da Instituição, o que é extremamente necessário considerando que 60% dos municípios paraenses NÃO contam com o atendimento da Defensoria Pública.



Assim, a possibilidade de existir um Defensor Público, um promotor e um juiz nas mesas de audiência do Poder Judiciário, tornou-se um sonho inalcançável para a população mais vulnerável e carente do Estado que padece com a falta de instalação da Defensoria Pública em todos os municípios paraenses.

Deve ser mencionado que no final de 2020 a Defensoria Pública possuía 246 membros, o Ministério Público 334 e o Poder Judiciário 342.

Atualmente a Defensoria Pública prevê a realização de concurso para 10 membros, o Ministério Público realizará concurso para o ingresso de 65 membros e o Poder Judiciário possui 370 magistrados.



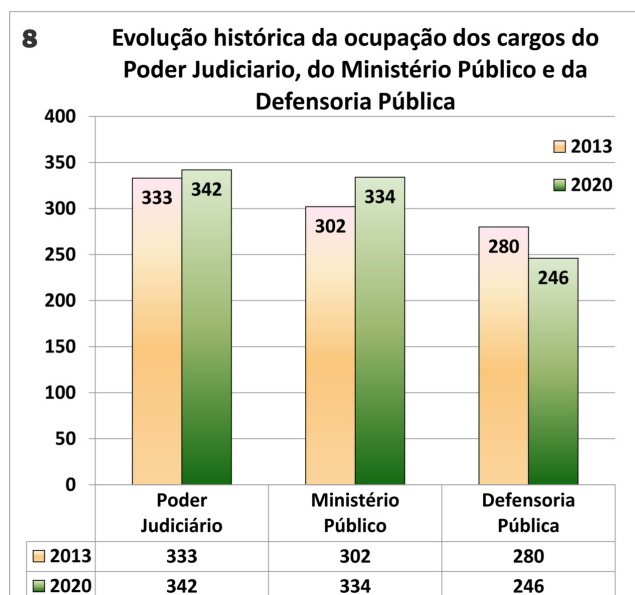
O que muitos não sabem é que, além de serem em menor número, os Defensores Públicos pertencem à carreira de menor remuneração e menos direitos do sistema de justiça. A remuneração de um membro da DP do Pará, que já foi a terceira melhor do país, hoje amarga uma das piores classificações no ranking remuneratório nacional, sendo, provavelmente, uma das últimas. As classes iniciais são as pior remuneradas e as finais só alcançam melhores rendimentos porque recebem a parcela de adicional de tempo de serviço - ATS.

Além disso, muitos Defensores Públicos trabalham em duas Defensorias Públicas SEM receber o acréscimo remuneratório pela acumulação e consequente carga dobrada de trabalho, tendo sido

necessário que a ADPEP ajuizasse ação pleiteando que tal direito, previsto na lei estadual, fosse pago.

A consequência disso, que é demonstrada no gráfico abaixo, é o esvaziamento permanente da carreira, posto que a Defensoria Pública foi a única instituição do sistema de justiça que "encolheu" no decorrer dos anos.

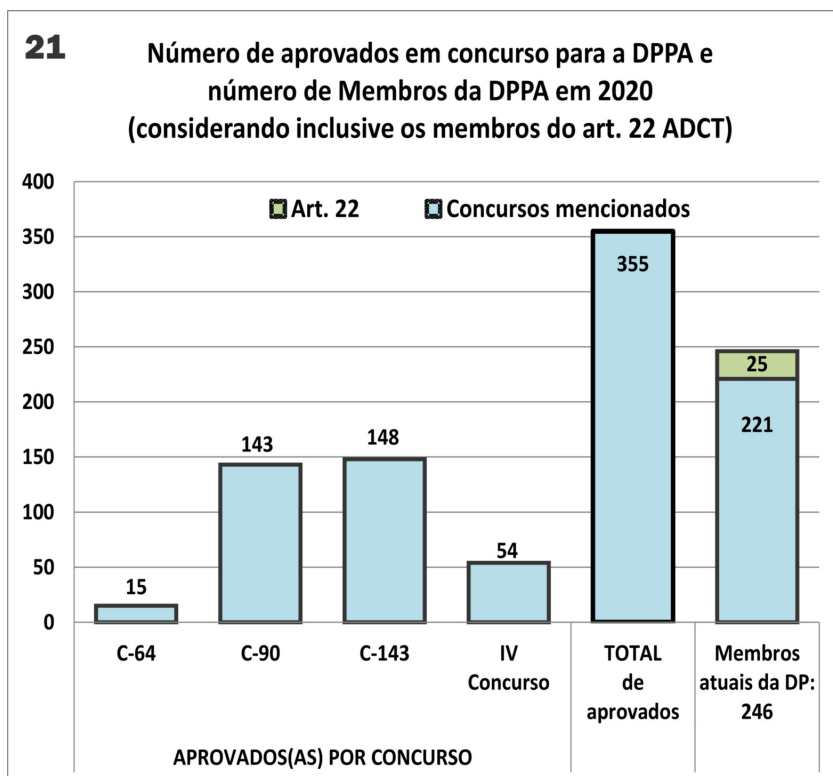
Demonstração desse esvaziamento é que a Defensoria Pública em 2013 possuía 280 membros, aproximadamente 50 a menos que a magistratura e 30 a menos que o Ministério Público. No entanto, no final de 2020, a Defensoria Pública contava com 246 membros, quase 100 integrantes a menos que a Magistratura e Ministério Público.



Quando um concurso público é realizado sem a garantia de estrutura de trabalho e remuneração adequada, em curto espaço de tempo, os aprovados migram para outras instituições e a carência de

profissionais volta a se tornar uma realidade no Estado cuja população mais vulnerável padece com a falta de Defensoras e Defensores Públicos.

O gráfico abaixo mostra que dos 355 aprovados nos últimos 4 (quatro) concursos, apenas 221 permaneceram na Defensoria Pública e o restante migrou para outras carreiras. Isso demonstra que fazer concurso público pode garantir a entrada, mas não garante a permanência de profissionais nos quadros da Instituição.



Outra consequência do congelamento e inadequação do orçamento é que os diversos pedidos de criação de núcleos especializados, ampliação dos serviços da Defensoria Pública, realização de mutirões, designação de defensoras e defensores públicos, pedidos tão comuns e frequentes, encontrarão

uma grande barreira para serem atendidos que é a falta de recursos e falta de Defensoras e Defensores Públicos.

AMPLITUDE DO TRABALHO DA DEFENSORIA PÚBLICA

É importante destacar que, segundo o CadÚnico do Governo Federal, o Estado do Pará possui aproximadamente 1.641.310 famílias com renda global até 3 (três) salários mínimos ou com renda individual que não excede a 0,5 (meio) salário mínimo – perfil esse que abrange grande parte (mas não a totalidade) dos assistidos da Defensoria Pública.

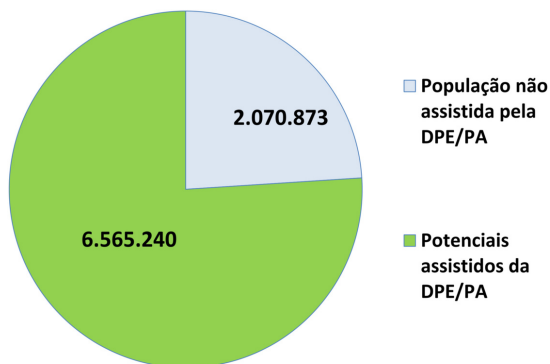
Se considerarmos que cada família possui 4 (quatro) integrantes, concluímos que no ano de 2019 a Defensoria Pública no Estado do Pará possuía um público alvo de 6.565.240.

Isso mesmo: mais de seis milhões e meio de pessoas que recebem até 3 (três) salários

mínimos para serem atendidas por 246 membros em um estado que possui dimensões continentais e que, a título de exemplo, uma de suas treze regionais, a Regional do Baixo Amazonas, cuja sede é Santarém, é aproximadamente do tamanho do Estado do Maranhão.

16

Público da Defensoria Pública
População estimada do Pará em 2019:
8.636.113 habitantes



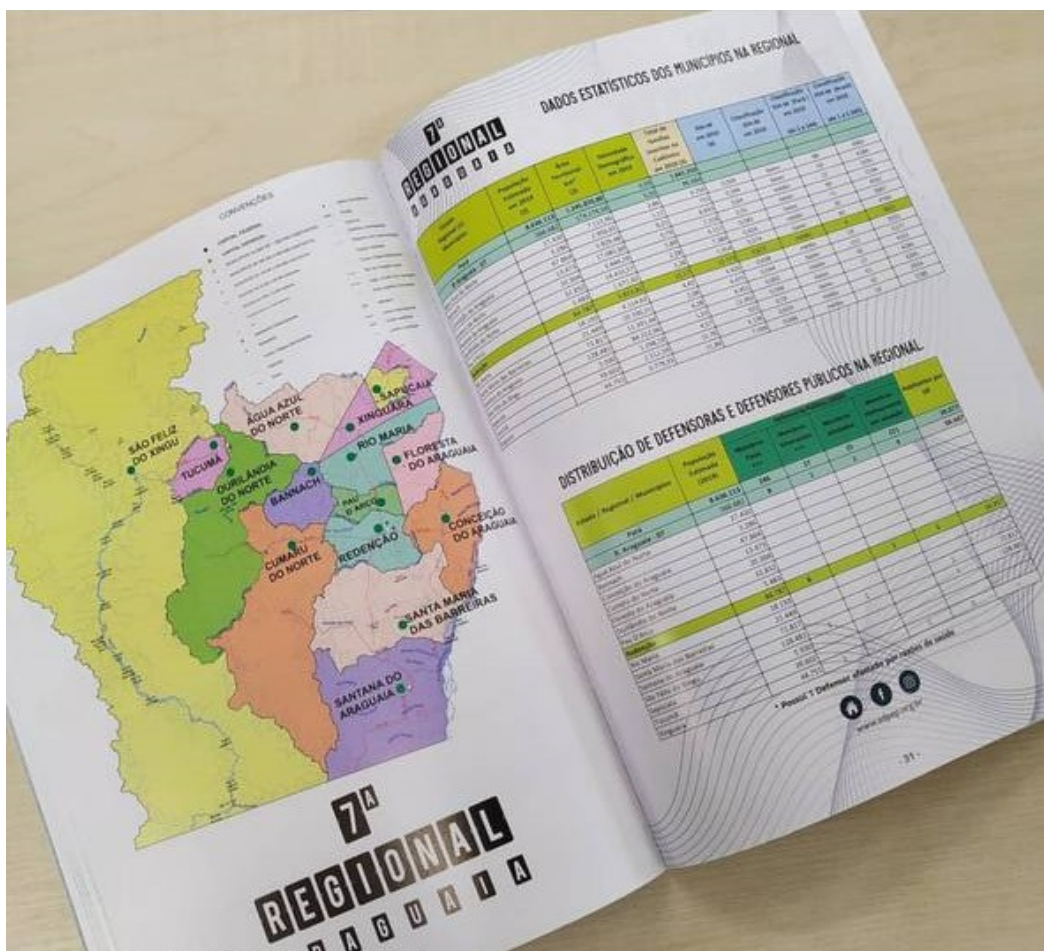
Atenta a essa situação e para oferecer informações seguras aos parlamentares, a ADPEP elaborou revista contendo inúmeros esclarecimentos sobre a Defensoria Pública, seu orçamento, seus membros, servidores, assistidos, com gráficos, mapas e planilhas. Também elaborou ofício alertando a respeito da inconstitucionalidade da LDO caso a mesma fosse aprovada com o orçamento destinado à Defensoria Pública sem a previsão da concretização da EC nº. 80/2014, que prevê a instalação da Defensoria Pública em todas as unidades jurisdicionais do país.

A revista foi encaminhada para todos os parlamentares da Assembleia Legislativa e o ofício para todos os parlamentares titulares da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária - CFFO.

Infelizmente no dia 29 de junho, terça-feira, em Sessão Extraordinária que ocorreu no plenário Newton Miranda na Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), a LDO foi aprovada sem alteração do quadro vivenciado pela Defensoria Pública desde 2013 (1,64% da receita líquida resultante de impostos).

Prezadas Associadas e Prezados Associados,

O ano de 2021 tem sido absolutamente atípico, se por um lado a pandemia do Coronavírus criou uma verdadeira barreira para que fosse realizado um permanente, efetivo e proveitoso corpo a corpo com os integrantes dos poderes executivo, legislativo e judiciário, por outro lado a Lei Complementar nº. 173/2020, julgada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal, proibiu acréscimos remuneratórios para o



serviço público no decorrer do ano de 2021.

Apesar de todos os percalços, apesar de todas as dificuldades, não existe desânimo na ADPEP, continuamos seguindo firme e empenhando esforços para que a Defensoria Pública tenha um percentual orçamentário adequado aos serviços que devem ser desenvolvidos em prol da população mais vulnerável e carente do nosso Estado, como determinam as Constituições Estadual e Federal, orçamento esse que também deve ser adequado para garantir que as Defensoras e Defensores Públicos permaneçam na carreira, evitando que os mesmos sigam para outras carreiras melhor remuneradas e estruturadas.

Sempre com o propósito de conquistar o melhor para a carreira, a ADPEP está programando realizar no segundo semestre uma série de atividades, começando por uma reunião aberta no final do mês de julho com todos os associados e associadas para discutir diversos temas relevantes tais como reposição, alternativas ao ATS, auxílio alimentação, auxílio saúde; bem como a formação de uma comissão para discutir a conveniência e vantagem (ou não) da remuneração paga na forma de subsídio ou paga na forma como ocorre atualmente.

Lembre-se: sua participação é fundamental!

Um grande abraço e um excelente mês de julho para você e toda sua família, com saúde, harmonia e paz.

Marcus Vinicius Franco

Presidente da ADPEP

MEMBROS DA DIRETORIA

Presidente: Marcus Vinicius Franco

Vice-Presidente: Anna Izabel e Silva Santos

1º Tesoureiro: Hipólito da Luz de Barros Garcia

2º Tesoureiro: Juraci de Souza Cordovil

Diretor Legislativo: José Roberto da Costa

Diretora Institucional: Marialva de Sena Santos

Diretor Jurídico: Fabio Pires Namekata

Diretor Social: Carlos Eduardo Barros da Silva

Diretora de Assistência Social: Eliana Vasconcelos

Diretora dos Aposentados: Vera Lúcia Marques

CONSELHO SUPERIOR (MEMBROS NATOS)

Carlos dos Santos Sousa - (1988/1990 e 1996/1998)

Licurgo de Freitas Peixoto - (1990/1992)

Florisbela Maria Cantal Machado (1992/1994)

José Roberto da Costa Martins (1994/1996)

César Augusto Assad (1998/2000 e 2000/2002)

Ítalo de Almeida Mácola Júnior (2002/2004)

Luiz Paulo de Albuquerque Franco (2004/2006)

Maria de Belém Batista Pereira (2006/2008 e 2008/2010)

Antonio Carlos de Andrade Monteiro (2010/2012)

Marialva de Sena Santos (2012/2014 e 2014/2016)

Fabio Pires Namekata (2016/2018)

Mônica Palheta Furtado Belém Dias (2018/2020)

CONSELHO SUPERIOR (MEMBROS ELEITOS)

Gabriel Montenegro Duarte Pereira - Presidente

Reinaldo Martins Junior

Dyego Azevedo Maia

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

Alan Ferreira Damasceno

Daniela Martins Machado

Arthur Correa da Silva Neto

COMISSÃO DOS DIREITOS DA MULHER

DAIANE LIMA DOS SANTOS

LARISSA DE ALMEIDA BELTRÃO ROSAS

COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

ALEXANDRE MARTINS BASTOS

CLARICE DOS SANTOS OTONI

COMISSÃO DOS DIREITOS DAS FAMÍLIAS

LUDMILA CARDOSO LOBÃO DIAS

JACQUELINE BASTOS LOUREIRO

COMISSÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL

FELÍCIA MARQUES FIUZA NUNES

LISIANNE DE SÁ ROCHA

COMISSÃO DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL

ROSEMARY DOS REIS SILVA

BIA ALBUQUERQUE TIRADENTES

COMISSÃO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

KASSANDRA CAMPOS PINTO

BIANCA DUARTE CARIBÉ

COMISSÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

LUCIANA SILVA RASSY PALACIOS

SUZY SOUZA DE OLIVEIRA

COMISSÃO PARA ASSUNTOS INTERNACIONAIS

CARLOS EDUARDO BARROS DA SILVA

GUILHERME ISRAEL KOCHI SILVA

COMISSÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS IDOSAS

DANIEL AUGUSTO LOBO DE MELO

ELIANA SOCORRO SANTOS VASCONCELOS

COMISSÃO DA POPULAÇÃO DE SITUAÇÃO DE RUA

MAYANA BARROS JORGE JOÃO

COMISSÃO DA SAÚDE

RODRIGO CERQUEIRA DE MIRANDA

ANDRÉA BARRETO RICARTE DE OLIVEIRA FARIAS

COMISSÃO DE MOBILIDADE URBANA, MORADIA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS

JULIANA ANDREA OLIVEIRA

ANDREIA MACEDO BARRETO

COMISSÃO DE POLÍTICA CRIMINAL

BRUNO BRAGA CAVALCANTE

DANIEL SABBAG

DIRETORIA

ADPEP

ÍNDICE

Palavra do Presidente	02
1- Informes gerais	09
2- Informe jurídico	40



3- Informes da ANADEP	44
4- Resgatando a história da ADPEP	51
5- Convênios	57

WWW.ADPEP.ORG.BR

Travessa Padre Prudêncio, n. 95 - Praça Maranhão - Comércio, Belém – PA
CEP 66.019-080

Telefones: (91) 32418372 / 99200-8388 / 99341-9880

E-mail: adpep@adpep.org.br



INFORMES
GERAIS

ADPEP GANHA NOVO SITE

02/05/2021

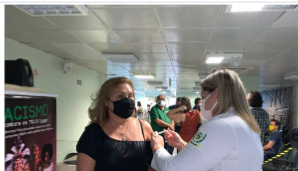
A ADPEP contratou uma empresa que realizou a criação do seu novo site. Foram criadas ainda as páginas de inscrição no I Prêmio de Jornalismo da Associação e de submissão de artigos e relatos de atuação e práticas defensoriais para o livro comemorativo dos 34 anos da ADPEP.

A nova plataforma é mais moderna,

ADPEP promove campanha de vacinação de seus associados e associadas; foram oferecidas doses da triplice viral e contra H1N1

Nesta sexta-feira (28) ocorreu mais uma atividade em homenagem à Defensoria Pública, às Defensoras e aos Defensores Públicos: a tradicional CAMPANHA de VACINAÇÃO organizada pela ADPEP em parceria com a SESPA. A ADPEP solicit...

Em 29 de maio de 2021



Presidente da ADPEP entrega ao Procurador Geral de Justiça do Estado exemplar da revista "DPPA: uma visão detalhada da instituição em gráficos, mapas e planilhas"

Na tarde desta segunda-feira (24), o Presidente da ADPEP, Marcus Vinicius Franco, entregou ao Procurador Geral de Justiça do Estado do Pará, dr. César Mattar, um exemplar da revista "Defensoria Pública do Estado: uma vis...

Em 25 de maio de 2021



Projeção drive in no Museu do Estado se inicia às 19h; associados(as) do interior poderão assistir a transmissão online

Na noite desta quarta-feira (19), às 19h, acontece na lateral do Museu do Estado do Pará a projeção em homenagem ao Dia Nacional da Defensoria Pública, do Defensor e da Defensora Pública. Os associados e associadas que irão...

Em 19 de maio de 2021



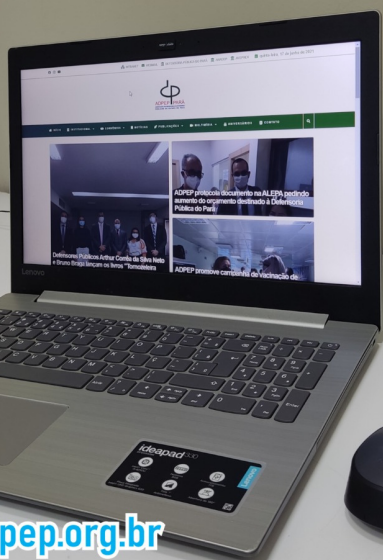
portanto mais dinâmica para a comunicação com os associados e associadas, e também mais segura contra atuação de rackers.

O novo site era necessário, pois a antiga página estava com a sua configuração defasada, haja vista que foi criada há quase 10 anos.

O novo site foi hospedado em um novo servidor, mais moderno.

ADPEP já tem novo site!!

Acesse nossa página e confira as novidades.



PRESIDENTE ENTREGA PUBLICAÇÃO 'MAPA DA DEFENSORIA PÚBLICA' AOS PRESIDENTES DA AMPEP E DA AMEPA E AO EX DPG ANTÔNIO ROBERTO FIGUEIREDO CARDOSO

05/05/2021

Na tarde da quarta-feira (5) a ADPEP recebeu a visita do Defensor Público Antônio Roberto Figueiredo Cardoso. Na oportunidade, o ex-Defensor Público Geral recebeu do Presidente Marcus Vinicius a publicação da associação contendo as informações a respeito da Defensoria Pública e elogiou o trabalho realizado.

Pela manhã, o Presidente da ADPEP se reuniu com o Presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Pará

(AMPEP), Márcio Maués, e também entregou a ele a publicação.

Dr Marcus também fez uma visita à sede da Associação dos Magistrados do Estado do Pará (AMEPA) e entregou um exemplar da publicação ao Presidente da AMEPA Adriano Seduvin.



ENTIDADES DE CLASSE SE REÚNEM NA PGE PARA TRATAR DO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

13/05/2021

Representantes de diversas entidades de classe reuniram-se com Ricardo Sefer, Procurador Geral do Estado, Adriana Gouveia, Procuradora Geral Adjunta do Consultivo, e Sérgio Oliva Reis, Procurador.

Na oportunidade foi discutida a regulamentação e implementação do regime de previdência complementar, cujo prazo para sua conclusão, 12.11.2021, está se

aproximando. Após ponderações sobre o tema surgiu a ideia de formação de um Grupo de trabalho integrado por representantes do IGEPREV, SEPLAD e PGE, como forma de imprimir máxima celeridade na análise da regulamentação e adoção das medidas necessárias à efetiva implementação do Regime Complementar no Estado. Participaram da reunião os seguintes representantes de entidades de classe: Márcio Maués (AMPEP), Angelo Carrascosa (APEPA), Antônio Catete e Gustavo Assunção (SINDIFISCO), Marcus Franco (ADPEP).



PRESIDENTE MARCUS VINICIUS FRANCO ENTREGA PUBLICAÇÃO DA ADPEP PARA OS PRESIDENTES DA APEPA E DO SINDIFISCO

14/05/2021

O Presidente da ADPEP, Marcus Vinicius Franco, entregou a publicação da ADPEP “Mapa da Defensoria Pública do Pará” para os Presidentes da Associação dos Procuradores do Estado do Pará (APEPA), Angelo Carrascosa, e do

Sindicato dos Servidores do Fisco Estadual do Pará (SindiFisco), Gustavo Assunção.

Eles elogiaram a publicação, que traz informações detalhadas a respeito da Defensoria Pública do Pará.



PRESIDENTE DA ADPEP PARTICIPA DA SOLENIDADE DE POSSE DA NOVA DIRETORIA DAS COORDENADORIAS TEMÁTICAS DO CONSELHO NACIONAL DE OUVIDORIAS DE DEFENSORIAS PUBLICAS

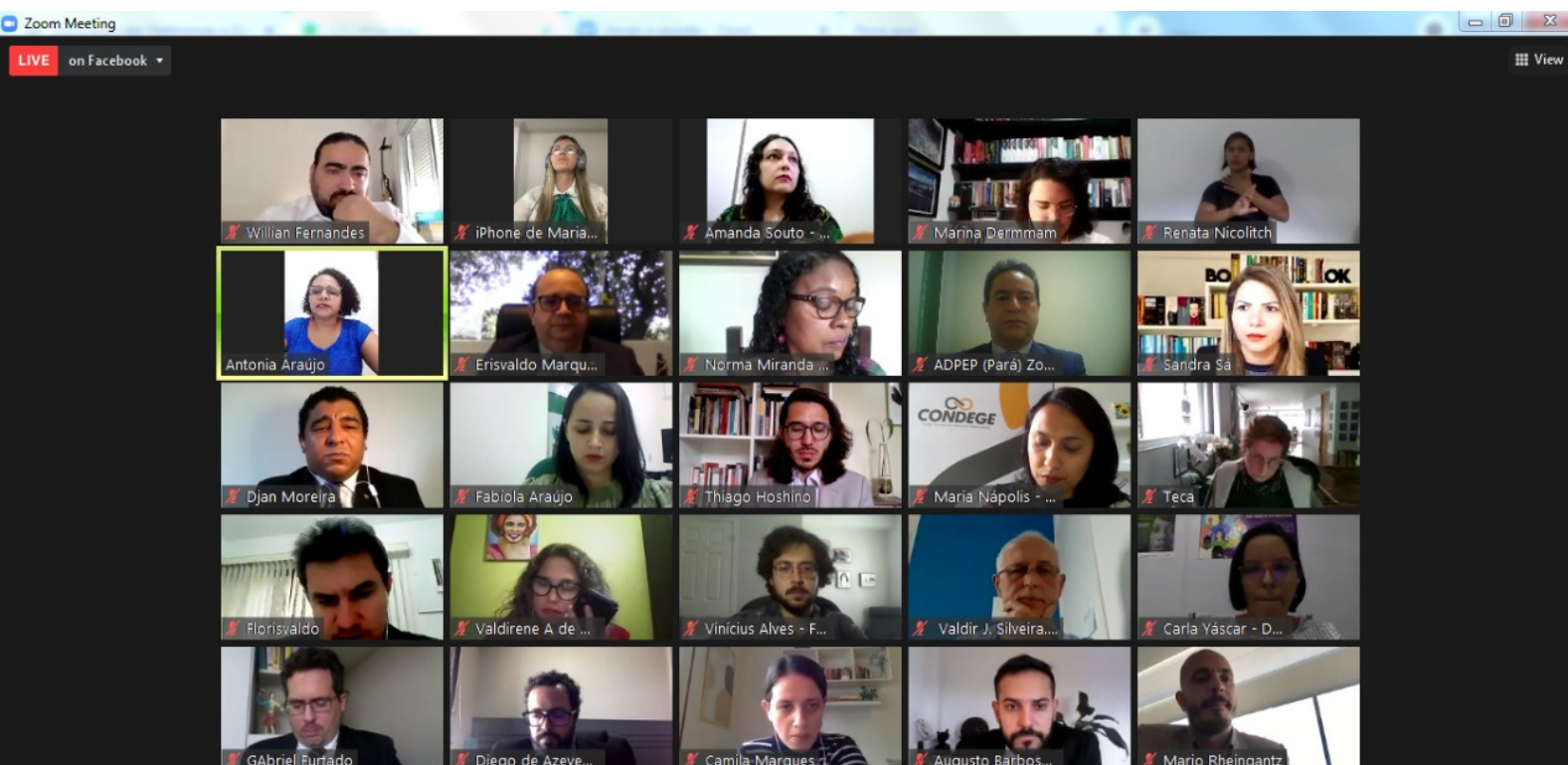
14/05/2021

O Presidente da ADPEP, Marcus Vinicius Franco, foi convidado pelo Conselho Nacional de Ouvidorias de Defensorias Publicas para a solenidade de posse da nova Diretoria das Coordenadorias Temáticas para o biênio 2021/2022.

Entre os novos empossados esteve a Ouvidora Geral da Defensoria Pública do Estado do Pará, Dra Norma Miranda Barbosa. Ela assumiu a coordenação da infância e juventude do Conselho Nacional dos Ouvidores Externos das Defensorias Públicas do Brasil.

O Presidente destacou a relevante função da Ouvidoria por ser um elo de ligação entre a população que precisa dos serviços da Defensoria Pública e a instituição. “A atividade da Ouvidoria se revela imprescindível para o verdadeiro aperfeiçoamento dos serviços prestados em prol da população”, disse.

“Em uma tarde de fortalecimento pela defesa dos direitos dos mais vulneráveis, com a presença de Defensores Públicos, representantes da sociedade civil, órgãos de defesa dos direitos humanos, ouvidores e ouvidoras gerais externos, tomamos posse”, disse a Dra Norma Miranda.



CHEFE DA CASA CIVIL REÚNE COM REPRESENTANTES DE ENTIDADES DE CLASSE PARA TRATAR DA IMPLEMENTAÇÃO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR



17/05/2021

O chefe da Casa Civil, Iran Lima, se reuniu com representantes de entidades de classe para tratar da regulamentação e implementação do regime de previdência complementar no Estado do Pará.

Os representantes das entidades de classe destacaram que 12.11.2021 é o prazo final para a implementação do Regime de Previdência Complementar no Estado do Pará e, em seguida, apresentaram a proposta de criação de um Grupo de Trabalho formado por representantes do IGEPREV, SEPLAD e PGE para tratar do assunto.

A criação desse Grupo de Trabalho surgiu em reunião ocorrida na Procuradoria Geral do Estado – PGE, em 13.05.2021, da qual participaram Ricardo Sefer, Procurador Geral do Estado, Adriana Gouveia, Procuradora Geral Adjunta do Consultivo e Sérgio Oliva Reis, procurador. Ao final foi aventada a possibilidade do referido grupo de trabalho ser coordenado pelo Chefe da Casa Civil, Iran Lima. Participaram da reunião os seguintes representantes de entidades de classe: Antônio Catete e Gustavo Assunção (SINDIFISCO), Angelo Carrascosa (APEPA), Márcio Maués (AMPEP), Marcus Franco (ADPEP) e Adriano Seduvin (AMEPA).

EXPOSIÇÃO DE ARTE COM TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL ABRE SÉRIE DE PROGRAMAÇÕES DO MÊS DA DEFENSORIA PÚBLICA

15/05/2021

A briu na Estação Cultural de Icoaraci a exposição “Transformação do Silêncio”, com temática étnico-racial, do artista plástico Petcho Silveira, com curadoria de Jade Jares. A exposição ficou aberta até o fim do mês e foi uma das primeiras programações do mês da Defensoria Pública organizadas em uma parceria entre Defensoria Pública do Pará e

Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Pará (ADPEP), em parceria com a Secretaria de Cultura do Estado do Pará (Secult). É que no dia 19 de maio comemora-se o Dia Nacional da Defensoria Pública e também o Dia do Defensor e da Defensora Pública.

O presidente da ADPEP, Marcus Vinicius Franco, explica que no mês de maio, temas de relevante impacto social são debatidos dentro e fora da



Defensoria Pública, com a participação do Estado, sociedade e movimentos sociais. Por isso foram pensadas essa exposição e diversas outras ações, todas em conformidade com a campanha nacional da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADep), cujo tema este ano é “Racismo se Combate em Todo Lugar: Defensoras e Defensores Públicos pela equidade racial no acesso a direitos e políticas públicas para pessoas indígenas, negras, quilombolas e povos tradicionais”.

O defensor público geral, João Paulo Lédo, falou sobre a importância da semana dedicada à Defensoria Pública. “É um momento de luta e celebração pelos direitos daqueles que buscam a justiça. No dia 19, se celebra Santo Ivo, aquele que morreu defendendo os mais pobres”, explica.

A curadora da exposição, Jade Jares, explica que a exposição chamou atenção para o drama vivido por mulheres pobres e negras. “Atualmente Petcho trabalha com pinturas figurativas que retratam corpos pertencentes a culturas periféricas. A interação entre marcas fortes e elementos suburbanos sugere a violência sofrida em diversas esferas por esses personagens. Petcho produz da mesma maneira que se manifesta em suas telas, com intensidade e energia. Sua mensagem transborda e marca a percepção do espectador”, explica Jares.

Petcho Silveira começou sua carreira na fundação Curro Velho, onde se aprofundou nos estudos com a

orientação de artistas plásticos como Jair Junior, Eliene Tenório, mestre Nato, Jocatós e Acácio Sobral. Hoje ele é reconhecido como um grande artista paraense e é convidado para participar de grandes exposições.

A exposição ficou aberta ao público com entrada franca e obras disponíveis para comercialização.



ADPEP ARTICULA COM DEPUTADO OZÓRIO JUVENIL SESSÃO SOLENE NA ALEPA DE HOMENAGEM ÀS DEFENSORAS E DEFENSORES

Dentro das programações da Semana da Defensoria Pública, para a manhã do dia 19/05 foi programada uma sessão especial de homenagem da ALEPA requerida pelo Deputado Ozório Juvenil (MDB) após um pedido da ADPEP.

Entretanto, a sessão foi cancelada, assim como diversas sessões da ALEPA, devido à pane elétrica que ocorreu naquela casa.



ADPEP ENVIA KIT SURPRESA A SEUS ASSOCIADOS E ASSOCIADAS

Foi preparado e enviado para os associados e associadas um kit surpresa para o dia 19. O kit composto por espumante, taças com a logomarca da ADPEP e cartão chegou via correios na residência de cada associados e associada. A iniciativa foi bastante elogiada.



ADPEP FAZ PARCERIA COM A TV LIBERAL E EXIBE MATÉRIA ESPECIAL SOBRE A DEFENSORIA PÚBLICA

A ADPEP fez uma parceria com a TV Liberal para que fosse exibida uma reportagem especial nos dias 19 e 20 de maio sobre a Defensoria Pública e a importância dos serviços prestados por ela à população.

O Presidente da ADPEP, Marcus Vinicius Franco, foi entrevistado e falou sobre o déficit de Defensores e Defensoras no Estado do Pará e sobre a necessidade de novos membros, cumprindo-se, assim, a determinação da EC 80/2014. Além dele, foi

entrevistado o coordenador de políticas cívicas da metropolitana Daniel Lobo de Melo.



Para assistir, aponte a câmera do celular para o QR Code



ADPEP PROMOVE FESTIVAL 'RACISMO SE COMBATE EM TODO LUGAR'

Em consonância com a campanha nacional da ANADEP, que este ano chama atenção para o combate ao racismo, a ADPEP programou, em parceria com a Defensoria Pública e a Secult, o Festival 'Racismo se Combate em Todo o Lugar', de 15 a 19/05:

- 15.05 (sáb) às 19h: Abertura da

Exposição das obras do artista Petcho Silveira na Estação Cultural de Icoaraci.

- 17.05 (seg) às 19h: Roda de conversa 'Racismo se Combate em Todo Lugar' no Gasômetro.

- 18.05 (ter): Lives transmitidas pelo aplicativo Zoom. Tema: Raízes

Históricas do Racismo Estrutural no Brasil e a importância das ações afirmativas. Participantes: Professora Zélia Amador de Deus e Luana Bagarrão Guedes.

15 MAIO
EXPOSIÇÃO
Transformação do Silêncio
DO ARTISTA
Petcho Silveira
abertura **19h**
ESTAÇÃO CULTURAL DE ICOARACI

17.MAIO 19h
Racismo se combate em todo lugar
Transmissão ao vivo pelo canais da **DPE/PA** e **Secult Pará** no **YouTube**
Mediadora
Mônica Belém
Subdefensora Geral do Estado
APRESENTAÇÃO CULTURAL
Afoxé Ita Lemi Sinavuru
Convidada
Miriam Dantas
Professora e indígena do povo Tembé-Tenetejara
Convidada
Darlah Farias
Ativista do Movimento Negro, co-fundadora do Coletivo Sapato Preto - Negras Amazônidas e militante do CEBENPA e Coalizão Negra por Direitos
Debatadora
Ursula Vidal
Secretária de Cultura do Pará
Debatadora
Anna Santos
Vice-presidente da ADPEP

18.MAIO 19h
RODA DE CONVERSA
Raízes Históricas do Racismo Estrutural
e a Importância de Políticas das Ações Afirmativas
Mediadora
Rosemary Reis
Defensora Pública
Convidada
Zélia Amador
Professora
Convidada
Luana Bagarrão Guedes
Professora Doutora
Transmissão ao vivo pelo **Zoom**
LINK DISPONÍVEL NO INSTAGRAM DA ADPEP

19 MAIO
EXIBIÇÃO
Video mapping comemorativo
a partir das **19h**
MUSEU DO ESTADO DO PARÁ (MEP)
REALIZAÇÃO
DPE
GOVERNO DO PARÁ
APOIO
ADPEP PARA
ESBPA
Secult
GOVERNO DO PARÁ
PATROCÍNIO
Benedito Netto
SESSOR DE INTERIORES
MARMOBRAZ

RODA DE CONVERSA 'RACISMO SE COMBATE EM TODO LUGAR' NO GASÔMETRO

Em parceria com a Defensoria Pública e a Secult, a ADPEP promoveu no dia 17/05 a roda de conversa 'Racismo Se Combate em Todo Lugar', na Estação Gasômetro. O evento foi transmitido ao vivo e contou com a presença dos seguintes debatedores: a Secretária de Cultura Úrsula Vidal, a advogada Darlah Farias, a professora indígena Miriam Dantas e a Vice-Presidente da ADPEP Anna Izabel Santos. O mediador foi o Defensor Público Edgar Alamar.



Para assistir, aponte a câmera do celular para o QR Code



ADPEP PROMOVE PROJEÇÃO DE VIDEOMAPPING DRIVE IN NO MUSEU DO ESTADO



19/05/2021

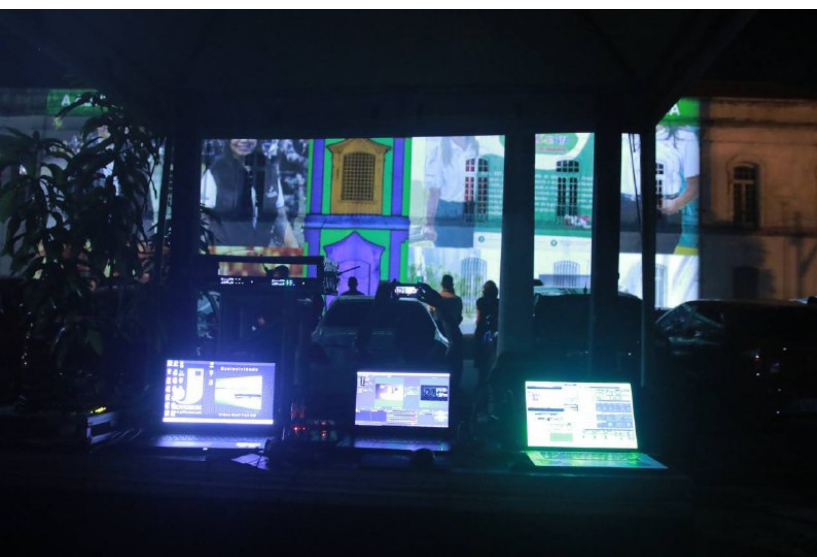
A ADPEP realizou na lateral do Museu do Estado do Pará a projeção em homenagem ao Dia Nacional da Defensoria Pública, do Defensor e da Defensora Pública. Os associados e associadas assistiram presencialmente a projeção drive in de dentro dos seus carros, com toda a segurança,

Os associados e associadas que moram no interior do estado puderam acompanhar ao vivo o evento por três redes sociais: o Instagram da ADPEP; a página no Facebook da ADPEP e o canal da Defensoria Pública no YouTube.

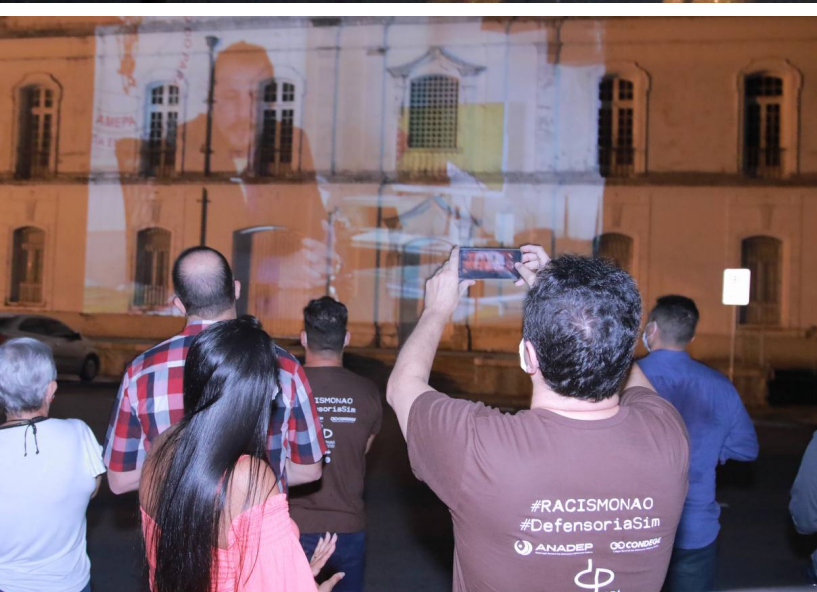
A projeção artística criada pelo artista visual Kauê Lima mostrou a história da



Defensoria Pública do Pará, Defensoras e Defensores que fizeram e fazem parte dessa história e o processo de expansão da Defensoria por todo o Estado. Foi realizada uma vasta pesquisa no Centur pela Vice-Presidente Anna Izabel Santos e pelo Diretor Social Eduardo Barros.



Antes do videomapping foi exibida uma sequência de imagens com falas de autoridades parabenizando os Defensores e Defensoras. Entre as autoridades estavam o Ministro do STF Gilmar Mendes, o Governador do Estado do Pará Helder Barbalho, o Prefeito de Belém Edmilson Rodrigues, Presidentes de Entidades de Classe, a Presidente da ANADEP Rivana Ricarte, entre outras.

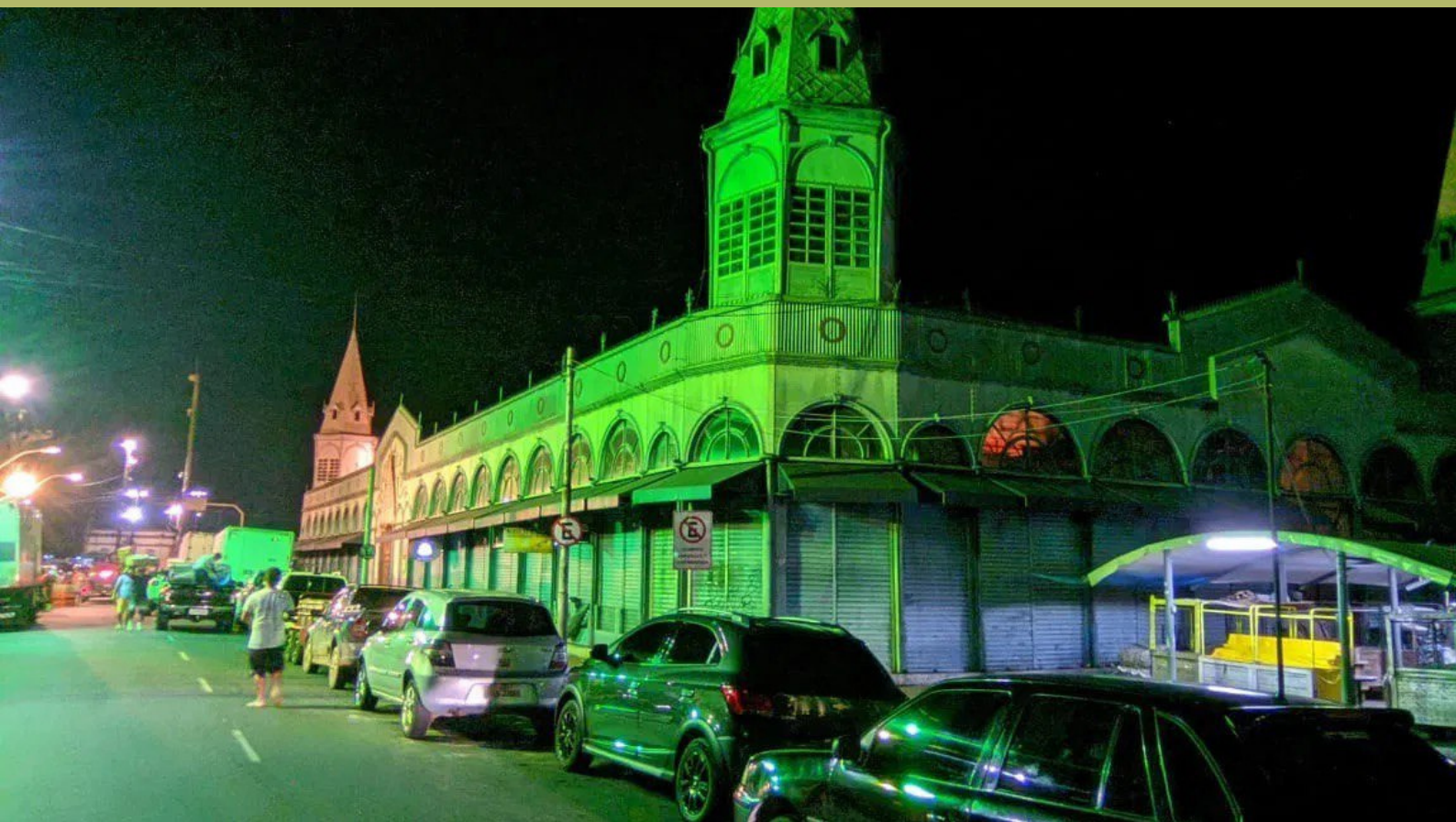


PROGRAMAÇÃO FEZ PARTE DO 'PROJETAÇÃO' NACIONAL

Esta programação fez parte do "projetação" nacional, em que ocorreram projeções simultâneas em todas as capitais do Brasil. A ação foi organizada pela ANADEP em parceria com as associações estaduais. A ideia foi projetar frases de efeito relacionadas à campanha nacional 2021 da ANADEP, cujo tema é de combate ao racismo.

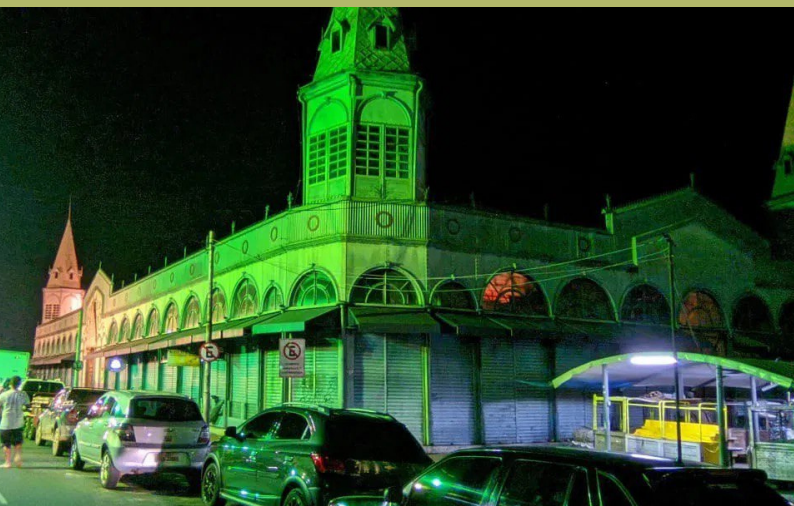
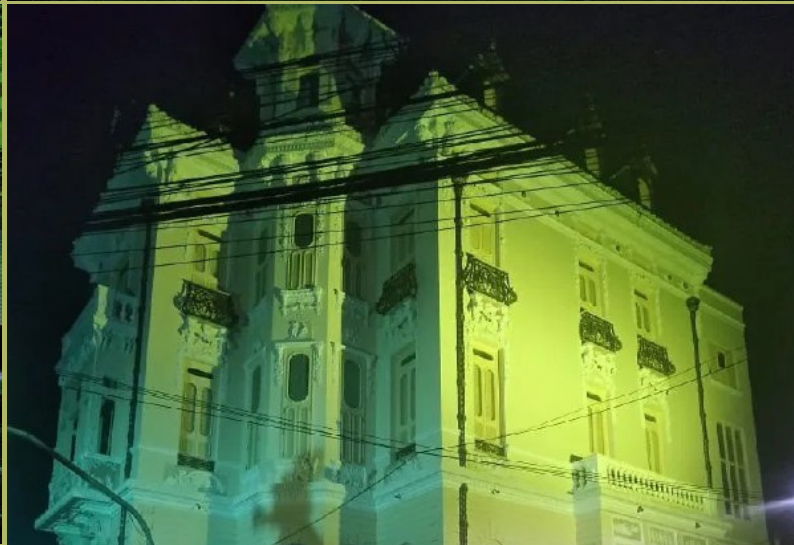


CIDADE GANHA COR VERDE



Considerado o MÊS VERDE, maio é o mês dedicado à Defensoria Pública e ao Defensor e à Defensora Pública, por causa do dia 19 de maio. Todos os anos nessa época a ANADEP motiva as associações estaduais a provocarem a iluminação de monumentos nas capitais. No Pará, como é de praxe, a ADPEP integrou vários órgãos na “Onda Verde”.

Por meio de uma parceria com a Prefeitura de Belém, por meio da Secretaria de Urbanismo, foram iluminados o Mercado de Ferro do Ver-o-Peso, o Solar da Beira, o Palacete Bolonha, o Palácio Antônio Lemos e o prédio da Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM).



REVISTA DA ADPEP É ENTREGUE AO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

24/05/2021

O Presidente da ADPEP, Marcus Vinicius Franco, entregou ao Procurador Geral de Justiça do Estado do Pará, dr. César Mattar, um exemplar da revista “Defensoria Pública do Estado: uma visão detalhada da instituição em gráficos, mapas e planilhas”. Na oportunidade o dr. César Mattar salientou a importância do trabalho das Defensoras e Defensores Públicos para o acesso à justiça.

Por sua vez, o Presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Pará (AMPEP), dr. Márcio Maués, destacou a convivência harmônica que existe entre os membros das duas instituições. O Presidente da ADPEP discorreu sobre diversos assuntos abordados pela revista da ADPEP ao Procurador Geral

de Justiça, mostrando números de cargos existentes, vagos e ocupados, o perfil e o número de colaboradores dos diversos órgãos que formam o Sistema de Justiça, presença dos Defensores Públicos no interior do estado e na região metropolitana, percentuais orçamentários no decorrer dos anos, entre outros.

“A Defensoria Pública é essencial para o Estado brasileiro, pois permite que os vulneráveis tenham acesso à Justiça. Nesse sentido, a revista da ADPEP permite que todos conheçam a realidade do órgão para que, com base nessas informações, possam traçar uma estratégia de fortalecimento que será benéfica a toda a população”, disse Marcus Franco.



DIA DE VACINA PARA ASSOCIADOS E ASSOCIADAS

28/05/2021

O correu a tradicional CAMPANHA de VACINAÇÃO organizada pela ADPEP em parceria com a SESPA. A ADPEP solicitou 400 doses de vacina contra H1N1 e a SESPA liberou 250 doses contra a gripe H1N1 e 50 doses da vacina tríplice viral.

Foram aplicadas:

- 170 doses contra H1N1
- 50 doses tríplice viral

A vacinação foi realizada no prédio da Central de Atendimento da Defensoria Pública, razão pela qual agradecemos à gestão da DPPA e em especial a Dra. Luciana Bringel, Diretora Metropolitana, que cuidou pessoalmente do espaço onde ocorreu a vacinação”, disse o Presidente da ADPEP, Marcus Vinicius Franco.

“Quero agradecer também a cada Diretor(a), Conselheiro(a) e Associado(a) da ADPEP que colaboraram das mais diversas formas para que este mês de maio tenha sido tão significativo e, em especial, aos incansáveis Anna Izabel e Carlos Eduardo e a toda equipe de leais colaboradores da ADPEP: Aline, Ana, Bianca, Luiz Claudio, Kelton e Patrícia”, destacou o Presidente. Agradeço também especialmente à Sespa, que liberou as vacinas e sua equipe técnica.



ADPEP PEDE AUMENTO DO ORÇAMENTO DESTINADO À DEFENSORIA PÚBLICA DO PA

Aa Diretora de Assistência Social da ADPEP, Eliana Vasconcelos, o Diretor Legislativo, José Roberto Martins, e o Membro do Conselho Superior Reinaldo Martins protocolaram na ALEPA um expediente dirigido ao Presidente da Assembleia Legislativa Deputado Chicão e ao relator da Comissão de Finanças e da Lei Orçamentária do Estado Deputado Igor Normando. No documento a ADPEP pede o aumento do orçamento destinado à Defensoria Pública do Pará. A ADPEP expõe ainda a situação da Defensoria Pública e justifica a necessidade de aumento do orçamento para atender todo o Estado.

O documento explica ainda que a Constituição Federal, por meio da EC nº. 80, de 04 de junho de 2014, estabeleceu o prazo de oito anos para que a Defensoria Pública esteja instalada em todas as unidades jurisdicionais do país, sendo que esse prazo se encerra em junho de 2022.

No entanto, apesar de ser um mandamento Constitucional, a Defensoria do Pará não se instalou de forma efetiva em todas as cidades do Estado por absoluta falta de recursos.

“Mais que isso, a população do Estado cresceu, o número de Defensores Públicos reduziu e o orçamento permanece inalterado há anos, conforme se verifica na revista anexada junto ao documento publicada pela ADPEP”, explica o Presidente da ADPEP, Marcus Vinicius Franco.





INCONSTITUCIONALIDADE DA LDO

O documento diz ainda que apenas com mais recursos no ano de 2022 a Defensoria Pública poderá realizar concurso para a nomeação de novos Defensores Públicos, novos Servidores e viabilizar a estrutura necessária que suas atividades alcancem TODO o estado do Pará. Explica ainda que, sendo o Projeto de LDO aprovado nos termos que se encontra, a LDO 2022 estará duplamente eivada de inconstitucionalidade; primeiro por não permitir a efetivação da EC nº. 80/2014 no ano de 2022 e, segundo, por estar dessa forma inviabilizando que a população mais carente e vulnerável do Estado possa usufruir os serviços prestados pela Defensoria

Pública e por seus profissionais. A ADPEP encaminhou também parecer do renomado jurista paraense Dr. JEAN CARLOS DIAS, demonstrando com extrema clareza a INCONSTITUCIONALIDADE do Projeto de LDO 2022 encaminhado pelo Poder Executivo àquela Casa de Leis, considerando que os recursos ali previstos para serem destinados à Defensoria Pública são insuficientes para que ela possa cumprir sua missão constitucional de estar presente em todas as cidades do Estado do Pará.

ADPEP APOIA LANÇAMENTO DE LIVROS DE DOIS DEFENSORES PÚBLICOS

10/06/2021

O correu, no auditório da Escola Superior da DP, o lançamento dos livros “Tornozeleira Eletrônica” e “Defensoria Pública, Democracia e Processo II”, de autoria dos Defensores Públicos

Arthur Corrêa da Silva Neto e Bruno Braga, respectivamente. O evento foi apoiado pela ADPEP.

A Entidade de Classe foi representada pela Diretora de Assistência Social Eliana Vasconcelos. Ela destacou a tradição da Defensoria Pública do Pará na produção de literatura. “Os livros dos colegas são fontes ricas de consulta e sua atuação na área criminal,

mostrando no cenário nacional a defesa dos vulneráveis, muito nos honra”, disse Dra Eliana Vasconcelos.





Dr Arthur Corrêa explica que o livro “Tornozeleira Eletrônica” tem por objetivo investigar se as leis de monitoração eletrônica dos Estados Unidos, que tratam da monitoração após o cumprimento da pena para a vida toda de pessoas que tenham praticado crimes sexuais, a lei portuguesa que regula a monitoração eletrônica e as leis brasileiras que normatizam o tema observam os parâmetros do princípio da proporcionalidade e os limites relativos aos direitos fundamentais estabelecidos nas respectivas ordens constitucionais, assim como, em perspectiva, analisar a (in)viabilidade de possíveis transplantes normativos.

O autor utilizou-se de amplas fontes doutrinárias e jurisprudências, bem como da metodologia do direito constitucional comparado, a fim de compreender o instituto da

monitoração eletrônica a partir das matizes próprias do ordenamento em que está inserido, assim como possibilitar a análise de possíveis transplantes normativos tão comuns no momento atual do mundo globalizado. No que tange à análise pelo princípio da proporcionalidade, o conteúdo foi desenvolvido sob a assimilação dos testes da adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito, utilizando-se vasta pesquisa bibliográfica e jurisprudencial.

Já a obra do Defensor Bruno Braga é um rico manancial de informações e de reflexões inspiradoras e críticas para melhor compreender algumas das múltiplas e provocativas correlações atuais entre questões pertinentes à Defensoria Pública, à democracia e ao processo. “Mais de 10 Defensores Públicos do Brasil foram convidados



para escrever a partir de uma perspectiva de atuação da Defensoria Pública visando o futuro. Eu escrevi sobre a atuação da Defensoria como amiga da democracia. O artigo é fruto de uma tese institucional escrita por mim no último congresso nacional de defensores e foi finalista”, explica o Defensor Público.

Ainda segundo Bruno Braga, a Defensoria Pública como amiga da democracia significa uma atuação de caráter extrajudicial e propositivo.

É ela atuando na formação de políticas públicas que atendam os interesses da sociedade das pessoas vulneráveis. Uma atuação junto aos demais poderes constituídos”, explica.

No evento, o Defensor Público Geral João Paulo Ledo foi representado pelo Defensor Público Rodrigo Ayan, Diretor da Escola Superior da Defensoria Pública. Também estiveram presentes a Diretora Metropolitana Luciana Bringel e a Ouvidora Geral Norma Barbosa.

SORTEIO

No Dia 24 de junho a ADPEP realizou um sorteio de São João por meio de live no Instagram. Foram sorteados 3 exemplares de cada livro para as associadas e associados.

Os(as) ganhadores(as) foram: Ítalo Macola, Luciana Anjos, Gisele Brasil, Adalberto Mota, Arthur Corrêa e Larissa Beltrão.

ADPEP FAZ MUDANÇAS NO EDITAL PARA SUBMISSÃO DE TRABALHOS PUBLICADOS EM LIVRO COMEMORATIVO AOS 34 ANOS DA ASSOCIAÇÃO

18/06/2021

ADPEP realizou mudanças no o edital voltado a Defensoras e Defensores Públicos associados(as) interessados(as) em submeter trabalhos para publicação no livro comemorativo aos 34 anos da Associação. O objetivo das mudanças é que mais Associados e Associadas possam participar, explica o Coordenador da Comissão Editorial Arthur Corrêa Neto.

A primeira novidade é que o trabalho submetido não precisa mais ser inédito. "Os Defensores e Defensoras podem escrever sobre qualquer temática e não

apenas sobre a Defensoria Pública", explica Arthur Corrêa. Ainda segundo ele, permanecem as duas categorias: escrita de artigo científico de tema livre (de 10 a 20 páginas) e escrita de uma atuação ou prática do(a) Defensor(a) (de 4 a 7 páginas).

A segunda novidade é que o prazo para recebimento dos trabalhos foi estendido para 20 de agosto.

Por fim, a terceira novidade é que o texto não precisa mais ser inédito. "A Comissão decidiu flexibilizar as regras a fim de que mais Defensores e Defensoras inscrevam trabalhos. Nosso objetivo é a divulgação do máximo de trabalhos de Associados e Associadas. Ou seja, sem a regra do ineditismo, pode-se aproveitar um trabalho já publicado", disse Dr Arthur.

Apesar das mudanças,



continua havendo a necessidade de avaliação da Comissão, explica Arthur Corrêa. "A ideia é que aproveamos muitas propostas. Queremos que muitos participem tanto para fomentarmos o debate de uma doutrina defensorial quanto para divulgação de ideias dos Defensores e Defensoras sobre os mais diversos temas", disse.

Poderão submeter artigo científico e/ou relatos de atuações e práticas defensoriais defensores(as) paraenses associados(as) no momento da apresentação e da publicação, individualmente ou em conjunto com servidores e/ou estagiários da Defensoria Pública do Pará, profissionais do direito de outras instituições, em número máximo de três coautores por trabalho.

O Coordenador da Comissão Editorial parabenizou a ADPEP e o Presidente Marcus Vinicius Franco pela iniciativa de produzir o livro em comemoração aos 34 anos da Associação. "O livro é uma oportunidade de fomentar a doutrina defensorial e mostrar para o meio acadêmico e profissional o que os membros da carreira da

Defensoria Pública do Estado do Pará pensam acerca dos diversos institutos do ordenamento jurídico ou mesmo lancem propostas de aprimoramento das leis de nosso país em prol do fortalecimento dos diversos sistemas de garantia de direitos dos destinatários da atuação da Defensoria Pública, entre outros aspectos", disse Dr Arthur Corrêa.

! A Comissão se pautou pela ideia de máxima participação dos associados e associadas na obra, de maneira que foram criadas duas categorias de textos, uma alusiva a artigos científicos com as características próprias desse tipo de produção e a outra que a comissão nominou relatos de atuações e práticas defensoriais.

*Dr Arthur Corrêa Neto, Coordenador da Comissão Editorial
Além, dele, compõem a Comissão o Defensor Público José Arruda e as Defensoras Públicas Juliana Oliveira e Daiane Lima dos Santos.*



ENTIDADES DE CLASSE LUTAM PELA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

28/06/2021

Representantes de entidades de classe reuniram-se com membros da PGE, IGEPREV e SEPLAD para dialogar a respeito da regulamentação do regime de previdência complementar no Estado do Pará. A reunião ocorreu na PGE. Essa reunião foi marcada dia 22 de junho, após encontro das entidades com o Procurador Geral do Estado, Ricardo Sefer.

No encontro os representantes das entidades de classe pontuaram questões específicas da legislação e do

regulamento da previdência complementar e apresentaram sugestões de redação.

Participaram da reunião, pela Comissão do Governo designada para tratar do tema, Sérgio Oliva Reis, Carolina Massoud, Enore Monteiro, Gabriel Pérez, Deyvson e Utan Cavalante.

Pelas entidades de classe participaram: Antônio Catete e Gustavo Assunção (SINDIFISCO), Angelo Carrascosa (APEPA), Márcio Maués (AMPEP), Marcus Franco e José Anijar Rei (ADPEP) e Adriano Seduvin (AMEPA).



ADPEP LANÇA PUBLICAÇÃO COM VISÃO DETALHADA DA DPPA

A ADPEP lançou a publicação "DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ - uma visão detalhada da instituição em Mapas, Gráficos e Planilhas".

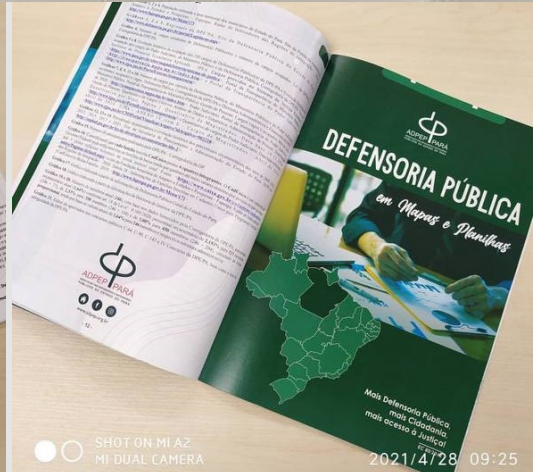
A publicação contém informações sobre a população do estado, regionais de atuação, quadro de membros e servidores e gráficos, mapas e planilhas que mostram a necessidade urgente de melhoria financeira e estrutural da Defensoria Pública.

Esta é mais uma ferramenta essencial que agora chegará às mãos de cada Defensora e Defensor Público associado.

A revista foi encaminhada para todos os parlamentares da Assembleia Legislativa e o ofício para todos os parlamentares titulares da Comissão de Constituição e Justiça - CCJ e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária - CFFO.



REGIONAL TOCANTINS



SHOT ON MI A2 MI DUAL CAMERA 2021/4/28 09:26

SHOT ON MI A2 MI DUAL CAMERA 2021/4/28 09:25

SHOT ON MI A2 MI DUAL CAMERA 2021/4/28 09:25



INFORME
JURÍDICO

ADVOGADO DA ADPEP ATUA COM 6 DEMANDAS JUDICIAIS



Desde 2013 o advogado Mario Paiva defende os interesses da ADPEP sempre prestando atendimento consultivo e preventivo, o que fundamenta melhor a tomada de decisões pela Diretoria, evitando, assim, judicialização de demandas que possam prejudicar a associação nesta ou em gestões futuras.

Atualmente a Associação não configura em nenhuma demanda

judicial como réu ou devedora tendo em vista a prática constante da advocacia preventiva. Com atuação preventiva resumimos a intervenção judicial da Associação em cinco demandas judiciais que somente foram ajuizadas após inúmeras tentativas e requerimentos administrativos anteriores e com vistas, exclusivamente, para viabilizar direitos, mas que porém não foram atendidos pelos respectivos órgãos demandados:

RELATÓRIO PROCESSUAL/JUNHO/2021
ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO
PROCESSUAL.

Relatório solicitado pelo Presidente da
Associação das Defensoras e
Defensores Públicos do Estado do Pará,
Marcus Vinicius Franco

1 **Processo** nº 0018335-
63.2011.8.14.0301

Órgão julgador: 6ª VC / 4ª CCI

Requerente: Associação dos
Defensores Públicos do Estado do
Pará-ADPEP

Requerido: TIM

Objeto: Inclusão Indevida em Cadastro
de Inadimplentes

Valor nominal da causa: R\$ 27.250,00

Informações: Após inúmeras
diligências os valores devidos já foram
depositados pelo réu e aguardam
expedição de alvará judicial em favor
da ADPEP.

2 **Processos** nº 0009756-
17.2014.4.01.3900 e 0009756-
17.2014.4.01.3900 0002777-
17.2013.8.14.0040

Órgão julgador: 5ª Vara Federal de
Belém e Tribunal Regional Federal da
1ª Região

Requerente: Associação dos
Defensores Públicos do Estado do
Pará-ADPEP

Requerido: Ordem dos Advogados do
Brasil – Seção Pará

Objeto: Anuidades da OAB

Valor nominal da causa: R\$ 18.826,05

Informações: Transitou em julgado
em 19/04/2021 e baixou para a vara de
origem. Ficamos a disposição da
ANADEP para auxílio, se houver

interesse/necessidade, no julgamento
perante o STF.

3 **Processo** nº 0808504-
67.2020.8.14.0301

Órgão julgador: 5ª Vara da Fazenda de
Belém

Requerente: Associação dos
Defensores Públicos do Estado do Pará

Requeridos: Instituto de Gestão
Previdenciária do Estado do Pará -
IGEPREV

Objeto: Ação Civil Coletiva

Valor nominal da causa: R\$ 1.000,00

Informações: Em 30/06/2021 foi
remetida para 2ª instância e encontra-
se conclusos no gabinete do
Desembargador Luiz Gonzaga da Costa
Neto. Em paralelo seguem
negociações para celebração de um
acordo judicial com o polo passivo.

4 **Processo** nº 0810740-
89.2020.8.14.0301

Órgão julgador: 5ª Vara da Fazenda de
Belém

Requerente: Associação dos
Defensores Públicos do Estado do Pará
Requeridos: Defensoria Pública do
Estado do Pará e Estado do Pará

Objeto: Ação Civil Coletiva com pedido
de tutela para Condenar o ESTADO DO
PARÁ a indenizar os Defensores
Públicos Associados a GRATIFICAÇÃO
DE DIFERENÇA DE
CLASSE/CATEGORIA/ENTRÂNCIA que
deixaram de receber no período não
alcançado pela prescrição quinquenal,
bem como ao que deixaram de
receber no curso da presente ação, a
ser apurado em cumprimento
individual de sentença coletiva na

forma da lei.

Valor nominal da causa: R\$ 1.000,00

Informações: Em 29/06/2021 seguiu conclusos para sentença.

5 **Processo** nº 0809646-09.2020.8.14.0301

Órgão julgador: 5ª Vara da Fazenda de Belém

Requerente: Associação dos Defensores Públicos do Estado do Pará

Requeridos: Defensoria Pública e Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Pará e Estado do Pará

Objeto: Ação civil coletiva com pedido de tutela para que O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ, no prazo de 60 dias após a proposta de resolução, delibere a aprobe proposta para regulamentar TANTO A GRATIFICAÇÃO DE ACUMULAÇÃO, QUANTO A GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE ESPECIAL previstas nos §§ 8º e 9º do Artigo 46, da Lei Complementar 054, de 07 de fevereiro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 91, de 13 de janeiro de 2014, publicada no DOE Nº 32.561, de 14/01/2014, sob pena de multa diária no valor de R\$ 1.000,00, a contar da ciência da decisão e após as regulamentações das gratificações acima referidas, determinar que a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ/ESTADO DO PARÁ efetivamente pague aos Defensores Públicos Associados, TANTO A GRATIFICAÇÃO DE ACUMULAÇÃO, QUANTO A GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE ESPECIAL, se acumularem

Defensoria Pública diversa, seja por designação, seja por intinerância ou se participarem de atividades especiais, sob pena de multa diária no valor de R\$ 1.000,00, a contar da ciência da decisão.

Valor nominal da causa: R\$ 1.000,00

Informações: Em 03/05/2021, "O Ministério Público concorda com os argumentos fáticos e jurídicos demonstrados pela autora na exordial, e por ter mais nada a acrescentar, manifesta-se pela procedência dos pedidos. Belém, 03 de maio de 2021. Agar Jurema".

6 **Processo:** Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no 6852-DF

Informações: Em estudo pra confecção de manifestação ou parecer e ajuizamento de pedido de Amicus Curiae.

ATENÇÃO

Tanto associação quanto o advogado estão sempre disponíveis para atender a quaisquer dúvidas dos associados em relação às demandas, e aquele associados que desejar ter informações diretamente nos autos terá ainda a opção de acessar o PJE- Processo Judicial Eletrônico e acompanhar virtualmente e, em tempo real, a tramitação dos autos e seus desdobramentos.



3

INFORMES DA
ANADEP

SENADO FAZ SESSÃO ESPECIAL PARA CELEBRAR DIA NACIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA

17/05/2021

Em comemoração ao Dia da Defensora, do Defensor Público e da Defensoria Pública, o Senado Federal promoveu, no dia 17 de maio (segunda-feira), às 10h, sessão solene para homenagear a categoria. Por causa da pandemia da COVID-19, a solenidade ocorreu apenas virtualmente e foi

transmitida na TV Senado e no Canal do Senado Federal no Youtube (youtube.com/tvsenado).

O requerimento da sessão foi um pleito da ANADEP apresentado ao senador Fabiano Contarato (REDE-ES). Durante sua formação em direito, o parlamentar foi estagiário na Defensoria Pública. "Nada mais justo do que saudar esse Dia dos Defensores Públicos. Tenho muito

orgulho de todos vocês, porque estão dando efetividade a uma garantia constitucional quando lutam em defesa dos direitos humanos, dos povos originários, da comunidade quilombola, das mulheres, dos negros, dos pobres", declarou o senador, na sessão deliberativa da quarta-feira (5).



SESSÃO SOLENE NO SENADO FEDERAL
Homenagem ao Dia Nacional da Defensoria Pública

17 de maio (segunda-feira), às 10h

Acompanhe: TV Senado e Canal do Senado no Youtube
 /TVSenadoOficial

WEBINÁRIO MARCA PROGRAMAÇÃO DA SEMANA DA DEFENSORIA PÚBLICA

17 a 19/05/2021

De 17 a 19 de maio, a ANADEP promoveu programação especial para celebrar o dia alusivo à Defensoria Pública, à defensora pública e ao defensor público. O webinar #DefensoriaemPauta: desafios para o acesso à justiça contou com lives que foram transmitidas na página do Facebook e no canal oficial da ANADEP no Youtube.

O primeiro dia do webinar foi marcado pelo lançamento da Campanha Nacional "Racismo se combate em todo lugar: Defensoras e Defensores Públicos pela equidade racial". O segundo dia do evento teve como tema "Tribunais Superiores e a Defensoria Pública". A live de encerramento, que foi no dia 19 de maio, abordou "Defensoria Pública e Movimentos Sociais: um diálogo para ampliação do acesso à justiça". Confira no site a programação e palestrantes de cada dia, entre eles ministros do STF.



A ANADEP lançou a cartilha e o vídeo institucional da campanha nacional "Racismo se combate em todo lugar: Defensoras e Defensores Públicos pela equidade racial".

As produções são mais uma peça de educação em direitos da iniciativa que visa fomentar a necessidade de equidade étnico-racial no acesso a direitos e às políticas públicas de pessoas indígenas, negras, quilombolas e povos tradicionais.

Acesse:

<https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/racismonao>

ANOTE NA AGENDA



WEBINÁRIO

**#DefensoriaemPauta:
desafios para o acesso à justiça**



ANADEP E ASSOCIAÇÕES ESTADUAIS E DO DF DEBATEM ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO À REFORMA ADMINISTRATIVA

27/05/2021

A diretoria da ANADEP reuniu-se, com os(as) presidentes(as) das Associações Estaduais e do DF para debater sobre as estratégias de enfrentamento à PEC 32/2020 (reforma administrativa). A matéria foi aprovada, no início da semana na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados. Na ocasião, o parecer do deputado Darci de Matos (PSD/SC), pela admissibilidade da proposta, passou no Colegiado por 39 votos favoráveis a 26 votos contrários.

Durante a reunião, a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, fez uma análise sobre o trabalho da Associação Nacional desde a chegada do projeto na Câmara dos Deputados, em setembro de 2020. Foi mencionado também o trabalho em conjunto com o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate) e demais carreiras do sistema de justiça, a Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (ANADEF) e a Frente Parlamentar Servir Brasil e Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, bem como as articulações e análises da assessoria parlamentar e da assessoria de comunicação da entidade



CÂMARA DOS DEPUTADOS INSTALA COMISSÃO ESPECIAL QUE VAI ANALISAR REFORMA ADMINISTRATIVA

09/06/2021

Foi instalada, na quarta-feira (9/6), a Comissão Especial destinada a analisar o mérito da PEC 32/2020, que trata da reforma administrativa. Enviada ao Congresso Nacional em setembro de 2020 pelo governo federal, a proposta traz inúmeros retrocessos ao serviço público e à prestação de serviços à sociedade, pois prevê o fim da estabilidade, terceirização de atividades importantes no serviço público e cria cinco tipos de vínculos com o Estado. A matéria passou na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania no fim de maio.

A presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, explica que a ANADEP e as Associações Estaduais e do DF estão em diálogo para enfrentamento da matéria. A partir de agora, as defensoras e os defensores seguirão o trabalho de apresentação de emendas com os principais pleitos da carreira. Há ainda as agendas com parlamentares, apresentação de nota técnica sobre o tema e diálogo com o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate).



EM REUNIÃO COM RELATOR, ANADEP, ANADEF E FONACATE SUGEREM MELHORIAS NO TEXTO DA REFORMA ADMINISTRATIVA

Dirigentes da ANADEP, ANADEF e Fonacate reuniram-se virtualmente com o relator na Comissão Especial da PEC 32/2020, que dispõe sobre a reforma administrativa, deputado Arthur Maia (DEM-BA).

Na ocasião, o parlamentar ouviu as preocupações dos representantes do funcionalismo público e se mostrou sensível a alterar alguns pontos, como os “vínculos de liderança”. Maia informou que pretende incluir membros de poder na PEC, e que muita coisa do atual texto ficará para definição por meio de Lei Complementar ou Lei Ordinária, como a definição de Carreiras de Típicas de Estado.

REFORMA ADMINISTRATIVA: ANADEP E ANADEF APRESENTAM PLEITOS DA DEFENSORIA PÚBLICA AO PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL

O Deputado Fernando Monteiro (PP-PE), presidente da Comissão Especial destinada a analisar o mérito da Reforma Administrativa (PEC 32/2020), recebeu na quarta-feira (23/6) representantes da ANADEP e ANADEF. No encontro, os(as) dirigentes falaram sobre os impactos da PEC 32 no serviço público e na prestação de serviços à sociedade. As Associações também se colocaram à disposição do Colegiado para contribuir com o texto por meio da apresentação de emendas e na participação de audiências públicas destinada a debater o projeto.

Além de Fernando Monteiro, a ANADEP e a ANADEF se reuniram com:

Alessandro Molon (PSB-RJ); André Janones (AVANTE-MG); Bohn Gass (PT-RS); Cacá Leão (Progressistas-BA); Euclides Pettersen (PSC-MG); Fábio Trad (PSD-MS); Helder Salomão (PT-ES); Leo de Brito (PT-AC); Leonardo Gadelha (PSC-PB); Osmar Terra (MDB-RS); Rubens Bueno (CIDADANIA-PR) e Zé Neto (PT-BA).

A ADPEMA e a ADPETO ainda se reuniram com deputados em suas respectivas bases: Gastão Vieira (PROS-MS), Júnior Lourenço (PL-MA) e Osires Damaso (PSC-TO).



PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS SE ESTENDE ATÉ A PRÓXIMA SEMANA

A ANADEP prosseguiu com as estratégias de enfrentamento à reforma administrativa (PEC 32/2020). O foco foi o trabalho para buscar apoios nas emendas produzidas pela entidade. As atividades legislativas foram acompanhadas pela diretoria da ANADEP, representantes da ADPETO e do CONDEGE que se reuniram na Câmara.

A ADEPES, ADEP-MS, ADEPAL, ADPERJ, ADEP-BA, ADEPAM e ADPEMA também articularam reuniões com parlamentares nas respectivas bases.



RESGATANDO A
HISTÓRIA
DA ADPEP

DEFENSOR CARLOS SOUSA CONTA COM RIQUEZA DE DETALHES SURGIMENTO DA ADPEP



REUNIÃO COM O MINISTRO DO STF CARLOS VELOSO - DR. ROBERTO MARTINS, JOSÉ DO CARMO, CARLOS SOUSA, SÔNIA GLUCK PAUL E RÉGIS MACEDO.

Por Carlos Sousa, Defensor Público eleito o primeiro Presidente da ADPEP

🗨️ O processo de criação da ADPEP decorreu de uma ideia da Defensora Pública Maria de Belém, que no ano de 1986 esteve em férias no Rio de

Janeiro e, ao visitar a Defensoria Pública daquele estado, conheceu o Dr. Roberto Vitagliano, então presidente da Associação dos

Defensores Públicos do Estado do Rio de Janeiro. Na oportunidade, sugeriu que os Defensores Públicos do Estado do Pará também se organizassem em associação para reivindicação de seus direitos.

Florisbela Cantal, Vera Marques, Climério Mendonça, Licurgo Peixoto, José do Carmo e muitos outros que constam em registros nos anais da Associação.

COMO EU CONSEGUIA REUNIR O MAIOR GRUPO DE DEFENSORES E DEFENSORAS PÚBLICAS EM TORNO DO BOTEÇO DO 'TOTÓ', NA CIDADE VELHA, COUBE A MIM, NAS RODAS DE CERVEJAS, ARTICULAR A FORMAÇÃO DE UM GRUPO PARA ORGANIZAR A ENTIDADE DE CLASSE".

Nesse diapasão, e como eu conseguia reunir o maior grupo de Defensores e Defensoras Públicas em torno do boteco do "Totó", na Cidade Velha, coube a mim, nas rodas de cervejas, articular a formação de um grupo para organizar a Entidade de Classe".

Destaca-se que a importância da criação da Associação dos Defensores Públicos do Pará coincidiu com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, que proporcionou aos Defensores Públicos do Estado do Pará, representados por sua entidade

Amadurecida a ideia, foi escolhido o Dr. Roberto Martins para assumir a presidência da comissão encarregada da elaboração do Estatuto e outras providências necessárias à sua criação. Providenciada a primeira etapa, passamos para a fase de eleição da primeira Diretoria da entidade, sendo o meu nome escolhido por unanimidade para assumir a primeira presidência da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Pará, fundada no dia 17 de dezembro de 1987.

Além de mim, da Maria de Belém e do Roberto Martins, vários colegas contribuíram para a criação da entidade, podendo destacar a Dra.

Cartão de inscrição do ADPEP (Associação dos Defensores Públicos do Estado do Pará). O cartão contém as seguintes informações:

- INSCRIÇÃO/ADPEP: 002
- CAT. DE SÓCIO: FUNDADOR
- INSCRIÇÃO/OAB: C-195-3368
- CIC: 064553442-00
- TIPO SANGÜINEO: "A" POSITIVO
- TIPO SANGÜINEO: POSITIVO
- EXEÇÃO EM: 05/02/1991
- ASSINATURA DO PORTADOR: [Assinatura]

Cartão de filiação do ADPEP (Associação dos Defensores Públicos do Estado do Pará). O cartão contém as seguintes informações:

- ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARÁ - FUNDADO EM 17/12/87
- NOME: CARLOS DOS SANTOS SOUSA
- FILIAÇÃO: MIGUEL COSTA DE SOUSA E MARIA DOS SANTOS SOUSA
- PRIMAVERA - PA 26/08/57
- Naturalidade: [Assinatura]
- Data do Nascimento: [Assinatura]
- PRESIDENTE: [Assinatura]

de classe, participar ativamente do movimento nacional que culminou com a institucionalização da Defensoria Pública a nível constitucional., assim como a nível estadual, onde também a Associação teve uma participação importante junto aos constituintes estaduais.

Outras importantes bandeiras foram defendidas pela associação, destacando-se: a Lei Complementar Federal nº 80/94 (Lei Orgânica da Defensoria Pública); Lei Complementar Estadual nº 13/94,

posteriormente modificada pela Lei Complementar Estadual nº 54/2006; além da luta incessante para garantir um salário digno aos Defensores Públicos do Estado do Pará.

A mensagem que passo aos novos Defensores Públicos é que nunca desistam da instituição. A Defensoria Pública não é uma obra acabada. Muitas coisas ainda precisam ser feitas. Sejam agentes dessa edificação! 🗣️



ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO -
DRA. LUCINERY RESENDE, HOJE PROMOTORA DE JUSTIÇA APOSENTADA, CARLOS SOUSA, LICURGO PEIXOTO, HOJE JUIZ DE DIREITO APOSENTADO, LEÔNIDAS BANDEIRA, MARIALVA SANTOS E RAIMUNDO FIALHO

NA PÁGINA SEGUINTE -
PRIMEIRO JORNAL DA ASSOCIAÇÃO

O DEFENSOR

ORÇÃO DE DIVULGAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARÁ

FEVEREIRO/88

ANO 1 - Nº 01

EDITORIAL

Nem sempre a organização de entidade de classe se solidifica apenas pelo esforço dos que a comandam. Necessário se faz um meio de comunicação entre os que comandam com a base. Esse veículo não pode ser igual aos canais de informação burocráticos, sempre formais, portanto, longe de traduzirem os interesses coletivos. Foi com objetivo de preencher esta lacuna que a ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARÁ-ADPEP, resolveu criar "O DEFENSOR", órgão oficial e de defesa / dos interesses da classe.

Como tudo que nasce, sua feitura é simples. Artesanal, mesma. Sua função não será a de ter forma bela para os conhecedores de arte gráfica contemplarem, mas servir de elo entre os DEFENSORES, espalhados pelos longínquos rincões deste / grande Estado rico de gente tão pobre como seus DEFENSORES mal remunerados. Para nós, de nada adiantará um periódico de padrão técnico bonitinho, mas frágil de conteúdo. Um Belo Antonio. Sem funcionalidade.

Que suas metas sejam sempre alcançadas: informar bem; motivar o debate; dar guarida aos trabalhos técnicos que lhe utilizarão como veículo. Acima de tudo, / que seja algo comprometido com a verdade; com a justiça e demais valores necessários para que se justifique sua finalidade, da qual, a liberdade é a principal. A liberdade, aqui, é a dos DEFENSORES defendem seus direitos, pois de tanto defenderem os humildes e legalmente necessitados, acabam se esquecendo de defender seus próprios interesses, justamente por falta de uma entidade como a ADPEP e um órgão que divulgue seus feitos para seus associados e para a comunidade de um modo geral.

ADPEP PROMOVERÁ PALESTRA

Acontecerá no vindouro dia 2 de março, às 16 horas, no auditório da CIB - Pa. palestra de interesse dos DEFENSORES PÚBLICOS, uma vez que os temas a serem proferidos são de interesse específico de DEFENSORES.

Falarão: Dr. Roberto Vitagliano, presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Rio de Janeiro e Dra. Suely Pletz Neden, presidente da Federação Nacional das Associações de Defensores Públicos do Brasil, originária de Campo Grande - Mato Grosso do Sul, de onde é Procuradora Chefe da Assistência Judiciária.

Os temas são: As questões das verbas honorárias a serem pagas pelas partes sucumbentes nas ações patrocinadas pela Defensoria Pública. O direito dos legalmente necessitados reclamarem em Juízo contra o Estado, União e Município via Defensoria Pública e outros assuntos pertinentes a organização e funcionamento das Defensorias Públicas no Brasil.

ESTATUTO SERÁ APROVADO NO DIA DO PAGAMENTO

A Comissão Provisória que está organizando a ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARÁ, no intuito de conseguir o maior número possível de DEFENSORES PÚBLICOS no dia da discussão e aprovação do Estatuto da Entidade, / marcou a Assembléia Geral para o dia do pagamento do mês de fevereiro, iniciando-se às 12 horas.

ADPEP REALIZA ELEIÇÃO

No dia 4 de março, no antigo auditório da Procuradoria Geral do Estado hoje sala da Defensoria Metropolitana, será realizada Assembléia Geral para escolha da primeira Diretoria da ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARÁ - ADPEP, que após eleita, dirigirá por um período de dois anos o destino da Entidade. Aguarda-se a participação maciça de todos os DEFENSORES.

EXPEDIENTE

" O DEFENSOR "

REDAÇÃO - Av. Antonio Everdosa 2377

RESPONSÁVEL

Anthony A. Tins

NEM TUDO QUE SE ENFRENTA PODE SER MODIFICADO. MAS NADA PODE SER MODIFICADO ATÉ QUE SE ENFRENTA.

EVENTOS SOCIAIS

Todos os eventos sociais merecem notícias neste jornal. Para início de atividades mundanas, daremos os nomes, datas e setores de trabalho dos DEFENSORES aniversariantes do mês de fevereiro.

Alguns já comemoraram no anonimato, enquanto outros poderão ser surpreendidos pelos colegas a partir desta nota. Os que ficaram mais velhos são:

José do Carmo Sampaio Martha, dia 03, ele que é da Coordenadoria das Defensorias do Interior; Dário Macêdo, dia 04, Defensor de Acará; Altino Alves Pereira, dia 04, Defensor de Cachoeira do Arari; Ruth Helena Maia Costa, dia 08, Defensora de Ponta de Pedras; Domingos Maciel da Costa, dia 14, Defensor de Santa Maria do Pará; Carlos Alberto Rodrigues Fraga, dia 16 Defensor de Igarapé Miri; Raimundo Maurício Pinto, dia 19, Defensor de Gurupá; Nilza Maria da Cruz, dia 22, Defensora de Afuá e Rosa Maria Rodrigues Monteiro, dia 26, Defensora Pública de São Miguel do Guamá.

FLOR É DESTAQUE

Um aniversário com destaque entre os outros de fevereiro é o da elegantíssima coordenadora da Defensoria da Capital Dra. Florisbela Maria Cantal Machado. Seu aniversário será no dia 28, quase era bisexto, e por causa do abono, vai ser comemorado em profusão pelos subordinados e colegas.

DEFENSORIA PÚBLICA E A CONSTITUINTE

A regulamentação da DEFENSORIA PÚBLICA a nível Federal ao que parece, é ponto pacífico. A Constituinte já incluiu no ante-projeto da Comissão de Sistematização e será quando em dedicação exclusiva equiparada ao Ministério Público.

Se realmente a nova Constituição for concluída e passar a vigorar em 21 de abril, como é o pensamento do presidente da Câmara Federal e da Constituinte, Deputado Ulisses Guimarães, a luta dos DEFENSORES PÚBLICOS passará a ser a nível Estadual. Os DEFENSORES terão que se mobilizarem para que os Deputados Estaduais incluam os mesmos benefícios na Carta Estadual, que terá de se adaptar a nova Carta Constitucional.

CURTINHAS

A elegante Defensora Pública do Benevides, Dra. Norma Maria dos Santos Borges, recebeu da câmara municipal o título de cidadã Benevidense, por relevantes serviços prestados à comunidade carente daquele município. Está para nascer o segundo BABY entre DEFENSORES, o confronto desta vez foi entre Godofredo e Marialva, o primeiro foi entre João Bosco (Abaetetuba) e Elaine (Barcarena), o próximo poderá ser entre Luiz Antonio e Nazaré Ramos. Tudo indica que na eleição para escolha da primeira Diretoria da ADPEP haverá chapa única. Consenso conseguido pelo Dr. Carlos Sousa da coordenadoria do interior. No dia 02 de fevereiro faleceu a Dra. Ana Maria Colares Barata. Para quem não sabe, a Defensora iniciou suas atividades em 84 no município de Altamira, onde desenvolveu um ótimo trabalho. A pedido foi transferida para o município de Colares. A chapa encabeçada pelo Dr. Carlos Sousa chama-se " Dra. Ana Maria Colares Barata " homenagem prestada merecidamente a ex-colega. A recém nomeada Defensora Pública do município de Anajás está apavorada. Motivo, mataram o Delegado de Polícia e agora pergunta: Quem lhe dará segurança no município? A comissão provisória da ADPEP com menos de um mês de sua fundação foi recebida em audiência pelo Governador do Estado. Prometeu aumento de salário e até agora não cumpriu. A luta continuará. Os oito Bacharéis indicados pela ADPEP para serem nomeados como Defensores Públicos, mostraram que têm competência para assumir a função. Todos foram aprovados no exame de seleção promovido pela PGE. O Dr. Licurgo Peixoto, membro da comissão provisória da ADPEP, foi o DEFENSOR PÚBLICO que mais fez defesa no Tribunal do Juri no ano de 87. Toma Defensor danado, quem mandou se meter em Paragominas. De parabens está o Dr. Eloy de Almeida Lins, que com bastante esforço conseguiu colocar na rua os primeiros exemplares de " O DEFENSOR ". Isto é apenas o início como Diretor de Divulgação e Imprensa.

PIADA DO MÊS

Com o salário que ganha um DEFENSOR PÚBLICO no Pará, ou seja CZ\$ 11.964,00, dá para comprar livros, paletó, ainda sobra dinheiro para ir à Europa.



5

CONVÊNIOS

OS MELHORES CONVÊNIO

para você Associada e Associado

Maiores informações entre em contato com a ADPEP.



Acesse também o Clube de Vantagens da ANADEP

WWW.ANADEP.ORG.BR



Ativar cadastro



LOGIN



A ADPEP AGRADECE AOS SEUS
ASSOCIADOS E ASSOCIADAS E
DESTACA QUE É PRECISO MANTER
A ESPERANÇA DE QUE DIAS
MELHORES VIRÃO!

